

Prelúdio do Golpe de 1964: a cultura histórica brasileira do Governo João Goulart

Adriano Souza Vieira^I

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central debater os acontecimentos que precederam o Golpe de 1964, enfatizando os aspectos políticos, econômicos e culturais a partir das Reformas de Base planejadas pelo governo de João Goulart. Por meio de uma metodologia histórica, são discutidas as políticas “janguistas” e, conseqüentemente os seus desdobramentos, os quais tiveram influência marcante na construção de uma cultura histórica entre os brasileiros. As Reformas de Base relacionam-se com uma consciência histórica que se instituiu no período de 1960-1964, marcada pelas contradições do contexto político do país, de crise e esperança no desenvolvimento. Representam um movimento de debates e reações importantes no seio da sociedade que criou o clima circunstancial necessário para o estabelecimento de uma identidade nacional brasileira.

Palavras-Chave: Governo Goulart. Reformas de Base. Cultura Histórica.

Prelude to the Coup of 1964: brazilian historical culture of the Government of João Goulart

Abstract: This article has as main objective to discuss the events leading up to the coup of 1964, emphasizing the political, economic and cultural aspects from basic reforms planned by the Government of João Goulart. Through a historical methodology are discussed the policies "janguistas" and consequently their developments, which had a marked influence on the construction of a historical culture among Brazilians. Basic reforms relate to historical awareness established in 1960-1964 period, marked by the contradictions of the country's political context of crisis and hope in the development. Represent a movement of debates and important reactions within the society that created the circumstantial climate necessary for the establishment of a brazilian national identity.

Keywords: Goulart Government. Basic Reforms. Historical Culture.

Artigo recebido em 04/08/2016 e aceito em 15/09/2016.

**PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART**
ADRIANO SOUZA VIEIRA

1. Introdução

Neste artigo, reúnem-se alguns acontecimentos políticos do Brasil no período 1960 – 1964, com o intuito de interpretá-los a partir de uma questão central: as Reformas de Base do Governo João Goulart orientaram a elaboração de uma cultura histórica ou de uma consciência histórica compreendida de forma singular pelos brasileiros fora do contexto escolar? O texto resulta de um trabalho de pesquisa iniciado na Disciplina Formação Socioeconômica e Política do Brasil, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2005. Trabalho este que aqui aparece acrescido das informações e interpretações desenvolvidas no Curso de Especialização em Ensino de História, da Faculdade São Luiz de França. São objetivos a serem atingidos no artigo ora apresentado: 1. descrever os principais acontecimentos políticos do período focalizado; 2. definir as Reformas de Base do governo João Goulart; 3. discutir a relação entre as Reformas de Base daquele governo e o desenvolvimento de uma consciência histórica entre os brasileiros, quer dizer, de uma cultura histórica.

As Reformas de Base caracterizaram o governo do presidente João Goulart, tendo sido intensamente valorizadas por ele ao propor ampla reestruturação dos setores econômicos e sociais, uma vez apoiado pelo pensamento dos grupos de esquerda vigente. Substituíram a política anterior de combate à inflação proposta pelo chamado Plano Trienal, estando baseadas no debate sobre a revisão e modernização das relações de produção e regime da propriedade do mundo agrário. As Reformas de Base do governo João Goulart foram objeto de estudo, de forma direta e indireta, de autores como: Caio Navarro Toledo^{II} em *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*; Roberto Schwarz^{III} em *Cultura e política*; Adriano Freixo e Oswaldo Munteal Filho^{IV} em *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*; e Rodrigo Patto Sá Motta^V em *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Nessas obras são discutidos os eventos que precederam o golpe militar e os seus motivos, sendo debatidas questões políticas, econômicas e culturais do período. Esses trabalhos são referências e fontes importantes para este estudo.

Para a escrita do texto concorre uma teoria e uma metodologia histórica do Tempo Presente, embora se possa perguntar, como o faz Jean-Pierre Rioux^{VI}, se realmente é possível fazer uma história do presente. Sim, isso é possível porque a História do Tempo Presente é um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo e uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas. Sobre os motivos que teriam levado ao desabrochar deste campo, comentam Agnès Chauveau e Philippe Tétart^{VII} em *Questões para a história do presente* que seriam a história renovada do político, o impacto de geração (entendida aqui como a geração que vivera os traumas relacionados à Segunda Guerra Mundial) e o fenômeno concomitante de demanda social.

Por outro lado, o trabalho requer uma explicação sobre a categoria “cultura histórica” utilizada e, neste caso, foi adotado o sentido atribuído por pesquisadores da Didática da História, a exemplo de Oldimar Cardoso^{VIII} que apresenta as definições clássicas alemãs em seu texto *Para uma definição de Didática da História*. A aplicação do conceito de cultura histórica sob a realidade brasileira do período de 1960 a 1964 parece importante para compreensão das reformas sociais e do desenvolvimento da nação, mesmo porque não foram localizadas referências na historiografia nesta perspectiva mais ampla de História que se aprende em contextos diferenciados das instituições escolares. À luz de tal conceito, são consideradas obras da literatura produzida no contexto da História Política do Brasil, as quais

**PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART**
ADRIANO SOUZA VIEIRA

são incluídas também como fontes para o estudo. Dentre tais obras situam-se: *A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema*, de Pedro Simonard^{IX}; *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco*, de Maria de Nazareth Baudel Wanderley^X; *O Colapso do Populismo no Brasil*, de Octavio Ianni^{XI}; *O governo Goulart e o Golpe de 64*, de Caio Navarro de Toledo^{XII}.

2.Reformas de Base e consciência histórica no Brasil (1960 a 1964)

O período de 1960-1964 é caracterizado por um surto de industrialização acompanhado por elevadas taxas de inflação que exigiram profundas reformas políticas no Brasil. Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros deixava a Presidência da República Brasileira, sem formular nenhuma razão convincente na Carta-Renúncia para explicar e justificar o seu gesto. É possível que tenha imaginado poder conquistar o apoio das massas populares e dos ministros militares com o seu ato, pois supostamente todos iriam reivindicar sua volta. Mas, os setores populares e democráticos saíram às ruas para defender a posse do Vice-Presidente João Goulart que, estando ausente do país naquela ocasião, foi substituído interinamente por Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados^{XIII}.

João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango, governou o país de setembro de 1961 a março de 1964. Era natural de São Borja (RS). Formou-se em direito no ano de 1939, não chegando a exercer o ofício de advogado. Acentua-se suas atenções à política em 1946, quando foi eleito Deputado Estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)^{XIV}. Grande proprietário de terras, Jango era tal qual os seus críticos de direita, um fiel defensor do capitalismo. No entanto, assegurava a sua diferença pela aspiração pessoal a um capitalismo mais “humanizado” e “patriótico”. Por estar à frente do Ministério do Trabalho, Jango, escolhido por Getúlio Vargas em 1953, parecia pronto a estimular e aplaudir os capitalistas que fizessem de sua força econômica um meio legítimo de produzir riquezas, dando sempre às suas iniciativas um sentido social, humano e patriótico.

As aspirações de João Goulart renderam-lhe suspeitas por um lado e credibilidade por outro. Enquanto defendia publicamente um aumento de 100% para os trabalhadores que ganhavam um salário mínimo, Getúlio Vargas e toda a nação eram advertidos com o “Memorial dos Coronéis”, documento assinado por oitenta e um oficiais do exército sobre os perigos do “Comunismo solerte sempre à espreita”, do “clima de negociatas”, dos desfalques e da “crise da autoridade” que destruía a coesão da “classe militar” etc. Em nenhum momento o nome de Jango foi citado no “Memorial”, mas a sua divulgação pela imprensa, levou-o a ser demitido do Ministério do Trabalho. Porém, muitos setores sociais e políticos viam razões para João Goulart assumir a Presidência da República e, a partir de Porto Alegre, começou o movimento em defesa da ordem constitucional e da legalidade, com militares nacionalistas manifestando-se contra a solução golpista. Enfim, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que levou Jango à posse em 7 de setembro de 1961, graças à implantação do Regime Parlamentar, com o Conselho de Ministros (Gabinete Parlamentar) responsável pela direção da política do governo. O regime parlamentarista só foi substituído pelo presidencialista após o plebiscito de 1963, o qual colocou João Goulart novamente à frente da Nação com os poderes restabelecidos. Importantes figuras da oficialidade militar

**PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART
ADRIANO SOUZA VIEIRA**

posicionaram-se a favor da volta do presidencialismo, assim como trabalhadores, para quem a luta pela sua retomada significou um “voto de confiança” ao Presidente da República que vinha defendendo publicamente a realização de reformas fundamentais na estrutura da sociedade brasileira.

Em 23 de janeiro de 1963, João Goulart assumiu a presidência com os poderes restabelecidos, conforme a constituição de 1946. Após a posse, o cargo de Primeiro-Ministro foi entregue a Tancredo de Almeida Neves, do Partido Social Democrático (PSD). O mineiro Walter Moreira Sales, vinculado ao pensamento econômico conservador, ficou com o Ministério da Fazenda. Francisco de San Tiago Dantas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi designado para o Ministério das Relações Exteriores. Nesse Governo formulou-se uma política econômica planejada, conhecida por Plano Trienal, que, pela primeira vez, situava-se no âmbito do próprio poder público com diagnóstico amplo, detalhado e integrado às condições e aos fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do país.

O setor público afirmava que a estratégia adotada para reduzir a pressão inflacionária consistia na ‘redução do dispêndio público programado’. Contraesta perspectiva, críticos à esquerda advertiam: ‘(...) o nível de gastos públicos não pode ser comprimido se se quer que a economia se desenvolva’^{XV}.

O Plano Trienal buscava combater o processo inflacionário “sem sacrifício do desenvolvimento” e contribuir para uma melhor distribuição dos feitos crescimento econômico, juntamente com a redução das desigualdades regionais de níveis de vida. Era uma proposta elaborada por Celso Furtado, Ministro do Planejamento, que visava combater a inflação e fazer o Brasil crescer a uma taxa de 7% ao ano, além de iniciar uma política de distribuição de renda. Na sua formulação teórica, aquele Plano visava harmonizar e satisfazer os interesses contraditórios de parte dos empregados, de proprietários e trabalhadores assalariados.

A formulação do Plano Trienal encontrou um clima político favorável criado pela Carta Punta Del Este, de agosto de 1961, a qual se verificava a combinação de algumas condições políticas (nacionais e interamericanas) bastante favoráveis à formulação de uma política interna econômica avançada. A execução baseava-se no princípio de substituição das mercadorias importadas por mercadorias nacionais, feita de forma gradual. Acreditava-se, assim, que a valorização da mercadoria interna ajudaria a aquecer o mercado nacional e alavancar a economia. Vale lembrar que Jânio Quadros havia cuidado, logo após a sua posse, de encaminhar missões à China e a países do Leste Europeu, objetivando reatar relações diplomáticas. Tanto a recuperação econômica da Europa Ocidental e a consolidação da Rússia quanto a Revolução Cubana e a descolonização da África abriram espaços para a estratégia embutida na política interna, ao mesmo tempo em que elevaram o seu poder de barganha.

Contudo, a luta contra a inflação exigiu o sacrifício do populismo que servia de suporte político, e o Plano Trienal não pôde ser executado devido à rapidez do divórcio entre o poder executivo, comprometido com a sociedade industrial e financeira, e o legislativo, envolvido com a sociedade agrária. Em consequência dessas disparidades, aprofundou-se a contradição que abalava a existência da “democracia representativa” e dificultava a execução de uma política econômica governamental capaz de resolver problemas e controlar desigualdades. A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP) surgiram na cena política com o propósito de articular, respectivamente “progressistas” e “conservadores” que atuavam nos diferentes partidos políticos. Estas duas

PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO JOÃO GOULART

ADRIANO SOUZA VIEIRA

frentes parlamentares em muito convergiram para aquilo que certos historiadores chamam de “balbúrdia” que se instalou no Congresso, principalmente na Câmara, durante todo o governo de João Goulart^{VII}. Enquanto a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) reunia a maioria dos deputados federais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Ação Democrática Parlamentar (ADP) tinha seu núcleo básico proveniente da aliança Partido Social Democrático (PSD)/ União Democrática Nacional (UDN)/Partido Social Progressista (PSP) e dos demais pequenos partidos. Abandonou-se, então, a política de combate à inflação proposta pelo Plano Trienal e, para não perder poder político, o governo procurou orientar o debate sobre as Reformas de Base no sentido da revisão e modernização das relações de produção e regime da propriedade do mundo agrário.

2.1 As Reformas de Base do governo João Goulart e suas contradições

O que eram as Reformas de Base? Denominavam-se assim as iniciativas voltadas para alterações bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias, assim como para a garantia do voto dos analfabetos e das patentes subalternas das forças armadas, visando à intervenção maior do Estado em questões econômicas. O governo João Goulart, devido aos seus compromissos e preso ao estilo de liderança dos quadros do trabalhismo populista, estava bastante interessado em tomar a dianteira na sindicalização e controle político das massas populares rurais, o que o levou a incentivar e mesmo a comandar o debate relativo à reforma agrária. Por isso, pode-se afirmar, o debate sobre as reformas avançaram, transformando-se até em bandeira política.

As aspirações reformistas do governo convergiram com os anseios dos trabalhadores e dos empresários nacionalistas, além de setores da classe média e de grande parte da população, dando vazão a um movimento nacional que desagradou os setores mais conservadores do país. Muitos economistas, técnicos, políticos e governantes reconheciam, desde os tempos do governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a promoção das alterações políticas, econômicas e sociais porque passava o país, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que propunha a execução de reformas para assegurar o equilíbrio social e o desenvolvimento do país. O Presidente João Goulart havia se tornado favorável a Reforma Agrária e despertou a ira de proprietários de terras, dos setores da igreja e de liberais, além da grande imprensa. Abandonou seu apoio a Tancredo Neves, porque o Primeiro Gabinete não chegou a enviar nenhum projeto de Reforma Agrária ao Congresso. Mas o reconhecimento da necessidade das Reformas de Base, as concepções acerca do seu sentido social e político, da sua extensão e das condições legais a sua realização tornaram-se conflitantes.

O discurso de Volta Redonda, onde Jango se opôs ao gabinete pela sua forma de encerrar o projeto, pode ser considerado um importante marco político: seja pela força do governo em torno da realização das reformas de Base, seja porque significou o afastamento político do Presidente da República face ao Conselho de Ministros e ao regime Parlamentar propriamente dito, dando início à luta pela antecipação de Plebiscito^{XVI}.

A sucessão de crises políticas que se instalou no país advinha das contradições em que se debatia o Governo: por um lado, agitava a bandeira do nacionalismo e das reformas, por outro, protelava indefinidamente a realização de medidas populares, combatia os setores

PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO JOÃO GOULART

ADRIANO SOUZA VIEIRA

independentes do movimento sindical, reservava os cargos mais importantes da administração federal apenas aos representantes das classes dominantes. A ambiguidade e debilidade política do governo se mostrariam de forma definitiva no episódio do Estado de Sítio, reivindicado por João Goulart em 4 outubro de 1963. A derrota do Estado de Sítio enfraqueceu ainda mais aquele governo, que se voltou inteiramente para o lado das massas populares a fim de conseguir apoio para implantar as Reformas de Base. Mas, a radicalização já era completa e suas tentativas só contribuíram para aumentar a desconfiança que o rodeava. O governo não dispunha de capacidade de decisão quando surgiram os problemas econômicos, sociais e políticos que envolveram as bases institucionais da sociedade.

Três estratégias políticas de organização, decisão e ação no campo da economia como um todo e na esfera das relações de produção revelaram diferentes interesses e perspectivas das classes sociais envolvidas no processo político e econômico. A primeira, destinada a consolidar e expandir o capitalismo nacional, estava diretamente vinculada à participação ativa do poder público nos diferentes setores da economia; tratava-se de incentivar os papéis do poder público com a finalidade de proteger os segmentos nacionais do capitalismo. A segunda, destinada a propiciar a transição para o socialismo, estava associada à anterior. Em seus elementos sociais, políticos e ideológicos, ela se confundia com os grupos e classes sociais que optavam pelo capitalismo nacional. Havia a diferença de que aqueles que lutavam por uma política econômica destinada a acelerar a transição para o socialismo eram francamente estatizantes. A terceira, destinada a consolidar e expandir o capitalismo dependente, implicava acentuação e alargamento da complementação e interdependência entre o subsistema econômico brasileiro e o capitalismo mundial. Os adeptos dessa estratégia acreditavam que as dificuldades e obstáculos que a economia do país estava encontrando resultavam das “distorções” introduzidas no sistema pelos adeptos do “Capitalismo nacional” e do “Socialismo”.

O governo João Goulart tentou promover medidas que foram anteriormente inviabilizadas, sem muito sucesso, porque a aplicação das reformas requeria mudanças na própria Constituição, algo que não aconteceu diante da ofensiva dos militares que se opuseram ao Presidente e o destituíram, dando início ao Regime Militar. No dia 2 de abril de 1964, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, tomou posse como Presidente da República. O Presidente dos Estados Unidos da América, Lyndon Johnson, saudou o novo Presidente do Brasil, revelando o seu apoio aos golpistas. Ao Rio de Janeiro foram enviados aviões de caça, armas, munições e todo tipo de equipamento bélico, embora os golpistas não tenham precisado disparar contra o Governo João Goulart. Com alguns telefonemas, o golpe foi impetrado. Este fato permitiu aos norte-americanos “proclamar com muita alegria que a ‘revolução de 1964’ tinha sido um produto 100% brasileiro”^{XVII}.

2.2 Manifestações de uma cultura histórica nacional

Os anos de 1960 a 1964 são de desorganização acelerada da vida política brasileira e também de esperança porque naquele momento surgiu o que chamamos aqui de cultura histórica nacional, seja pelas expectativas de crescimento econômico, seja pela politização dos movimentos sociais.

A cultura histórica é a forma de expressão da consciência histórica — *Geschichtsbewußtsein*. Jörn Rüsen afirma que a consciência histórica está a um

PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART
ADRIANO SOUZA VIEIRA

‘pequeno passo’ da cultura histórica, definida como a ‘efetiva associação da consciência histórica com a vida de uma sociedade’. Para Bernd Schönemann, a consciência histórica e a cultura histórica podem ser definidas sem contradição se forem entendidas, como pela ‘Sociologia do Conhecimento’ — *Wissenssoziologie* —, como ‘dois lados de uma mesma moeda’. De um lado, a consciência histórica desenvolve-se como um ‘constructo individual’, ‘durante processos de internalização e de socialização’. De outro lado, a cultura histórica, enquanto ‘constructo coletivo’, ‘desenvolve-se no processo oposto de externalização e de objetivação’. Hans-Jürgen Pandel define a consciência histórica como um ‘modo de elaboração psíquica do saber histórico’ — *psychischer Verarbeitungsmodus historischen Wissens* — formado sobre esse saber mas sem autonomia em relação a ele. A consciência histórica não é o acúmulo de saber histórico, mas o ‘modo simbólico’ — *Sinnbildungsmodus* — de elaborar o contingente de informações reunido nesse saber para orientar-se na temporalidade do passado, presente e futuro. Um indivíduo pode ter consciência histórica mesmo sem consciência disso^{XVIII}.

João Goulart assumiu posições cada vez mais à esquerda e esteve literalmente cercado de comunistas que, desde o início dos anos 1950, ocupavam cargos importantes nas universidades e no governo. A intelectualidade da esquerda marxista tomou conta das universidades, dos centros de pesquisas e até dos estabelecimentos militares. Houve desordem, privações de todos os tipos, inflação em 100% ao ano, fazendo com que a sociedade civil pedisse intervenção das Forças Armadas para a preservação das instituições públicas. Em 1964, as forças do exército começaram a afastar Jango e os comunistas do comando do país, entretanto essa cultura histórica já estava posta: a politização dos movimentos de trabalhadores do campo se constituiu numa realidade nova dentro da história política brasileira.

No final dos anos 1950, a amplitude que assume a proletarianização da força de trabalho e suas repercussões na conjuntura política do momento permitiram que se manifestasse uma reação massiva dos foreiros e dos trabalhadores rurais, dando origem ao que se chama globalmente de movimento camponês^{XIX}.

As ligas camponesas contestavam, abertamente, a dominação política e econômica a que estavam secularmente submetidas às massas rurais. Para Francisco Julião, Deputado Federal por Pernambuco, cuja legendária fama advinha da liderança que exercia sobre as Ligas Camponesas, a luta era contra o latifundiário, sendo a Reforma Agrária Radical a principal bandeira empunhada por essas organizações. Julião propunha que as ligas se constituíssem na vanguarda política dos sindicatos rurais, de modo que ao reivindicar aumento dos salários, 13º mês, férias, dentre outras coisas, as ligas abriam caminho e lembravam a todos que nada disso era suficiente e, sim, a terra. Justamente no período governamental de Jânio Quadros e João Goulart, fora percebida pelos estudiosos da História Política brasileira aquilo que se convencionou chamar de “politização do campo”, pois desde os anos 1950, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) mobilizou e organizou a população rural, criaram-se as ligas camponesas, as associações rurais, o movimento dos agricultores sem-terra que se integraram às Reformas de Base. Como orientação ideológica antagônica aos movimentos populares de tendência esquerdizante, setores da igreja católica, condenando Francisco Julião e as lideranças de esquerda, postularam que os trabalhadores rurais apenas deveriam defender os seus direitos trabalhistas, afirmando que a “propriedade privada é apenas um dos pilares da civilização democrática e cristã”.

No sindicalismo brasileiro no triênio 1961-1963 foram deflagrados um total de quatrocentas e trinta e cinco paralisações; mas, a distinção do movimento sindical nesse

**PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART**
ADRIANO SOUZA VIEIRA

período ficou por conta do crescente engajamento nas lutas partidárias dessa conjuntura de crise. Nesse período, tanto o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) como outros organismos de alianças intersindicais tiveram uma intensa atuação política. Diversos acontecimentos e circunstâncias políticas levaram o CGT e esses outros órgãos a decretarem greves políticas como: a defesa da posse de João Goulart em agosto de 1961, pressão para convocação do plebiscito, pressão sobre o congresso para a aprovação das Reformas de Base, dentre outras. A frente antilatifúndio e anti-imperialista esteve vinculada ao movimento nacional dos sargentos, no qual as camadas subalternas das forças armadas manifestaram-se contra a manutenção do Art. 138 da Carta de 1946 que lhes dava o direito de eleição. Também da frente antilatifúndio e anti-imperialista, integrou o movimento a União Nacional dos Estudantes (UNE) porque “[...] a aliança com os operários, camponeses, intelectuais, progressistas, militares, democratas e outras camadas da vida nacional deve ser incrementada na certeza de que, entrelaçando nossas reivindicações, torná-las-emos infinitamente mais fortes [...]”^{XX}. Em certa medida, o “radicalismo” do movimento estudantil, no qual o confronto entre as diversas correntes de esquerda era bastante visível, contribuía para a União Nacional dos Estudantes (UNE), coordenada pela Frente de Mobilização Popular (FMP) e composta pelo CGT, as ligas camponesas e o Movimento de Sargentos, pressionar o governo João Goulart.

A mobilização nacional-desenvolvimentista pode ser considerada como uma das manifestações da consciência histórica que se verificou no país e que ensejou a cultura como instrumento de transformação social em sua estreita relação com a política.

Nessa conjuntura sócio-político e cultural, que vai da morte de Getúlio Vargas até o golpe militar de 1964, o Partido Comunista do Brasil (PCB) tornou-se um dos mais importantes atores políticos. Ele ‘adquiriu um papel crescente na estrutura do desenvolvimento nacionalista’ (Pécaut, 1990:141). Apesar de estar na ilegalidade desde 1947, o Partido contava com numerosos e influentes intelectuais que gravitavam em torno dele, seja como militantes, seja como simpatizantes (ibid: 142). A aproximação desses intelectuais se deu, entre outros motivos, graças à participação do PCB na campanha pela nacionalização do petróleo, que culminou com a criação da Petrobras, em 1953, ao seu posicionamento a favor da industrialização nacional e da formação de uma ampla coalizão nacionalista e ao seu posicionamento como ‘vanguarda’ do movimento pelas ‘reformas de base’ (ibid.). Sua influência vai-se fazer sentir de forma marcante sobre o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e, mais tarde, no CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes)^{XXI}.

Com o mesmo espírito e no bojo das medidas anunciadas pelo governo, cresceu a participação nos movimentos de alfabetização de adultos, como o MEB (Movimento de Educação de Base) ligado à Igreja, assim como os movimentos de cultura popular, entre eles o MPC (Movimento Popular de Cultura), mantido pela Prefeitura do Recife e pelo governo de Miguel Arraes. A UNE também teve um papel fundamental na área da cultura popular através do CPC (Centro Popular de Cultura), formado em 1962, cuja “meta era utilizar elementos da cultura popular para desalienar o povo”^{XXII}. Atuou em várias partes do país, realizando atividades teatrais, literárias, plásticas, musicais e também cinematográficas.

A temática social, a injustiça, a vivência de setores populares da sociedade e o debate sobre arte engajada *versus* arte popular atingiram quase todos os setores da produção artística. Dentro da bossa nova, surgiu o que se chamou de “música de protesto”, como certas canções de Carlos Lyra, Edu Lobo, Geraldo Vandré e mais tarde Chico Buarque; até mesmo músicos que a princípio não se comprometeram com a temática nacionalista acabaram se envolvendo, como,

**PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART**
ADRIANO SOUZA VIEIRA

por exemplo, Tom Jobim com “O morro não tem vez”. No final da década de 1950 e início da década de 1960, a bossa nova já emergia na música brasileira, tendo uma batida de samba mais refinada. A bossa nova vinha dos chamados “anos dourados”, cantando a boêmia carioca, mas abrindo espaço para a realidade que o Brasil vivia à época. Geraldo Vandré, autor do conhecido “hino” da geração que sofreu com a Ditadura Militar, “Pra não dizer que não falei das flores (caminhando)”, lança seu primeiro disco em 1961, com várias músicas de autores conhecidos da bossa nova, como Tom Jobim e Vinícius de Moraes. Chico Buarque começa logo depois, compondo músicas para Nara Leão, uma das principais intérpretes desse gênero musical. Além deles, vários compositores fizeram menções em suas músicas à realidade do povo brasileiro e trataram de temas políticos como o cotidiano do operário brasileiro e a reforma agrária, por exemplo, como vimos nas músicas de Chico Buarque, “Roda Viva” e “Funeral de um Lavrador”, ambas influenciadas já pelo período da Ditadura Militar, mas também com forte influência da bossa nova.

Nos anos de 1960, o cinema brasileiro viveu uma explosão de criatividade. Jovens diretores, influenciados pelos franceses da *Nouvelle Vague*, tais como Jean-Luc Godard, François Truffaut, Alain Resnais e Louis Malle, assim como pelo neorealismo italiano de Luchino Visconti, Federico Fellini e Pier Paolo Pasolini ou pelo cinema soviético de Serguei Eisenstein, criaram o Cinema Novo brasileiro. Eles propunham fazer filmes de arte, levando o público a refletir sobre a conjuntura nacional. Em vez do estilo comercial de Hollywood, as obras deixavam claro o estilo artístico do diretor, que buscava uma linguagem própria para o cinema brasileiro. Os temas preferidos: o camponês, o operário, o sertanejo, o homem simples do povo, a exploração capitalista, o imperialismo, a necessidade de afirmar uma cultura brasileira genuína que não se submetesse à cultura imperialista norte-americana. O cinema brasileiro chamou a atenção dos europeus: a cultura dos países subdesenvolvidos virou moda entre os intelectuais de esquerda da França e da Itália. E o Cinema Novo brasileiro, com seus temas e linguagem únicos, teve tudo para encantar^{XXIII}. Assim, em 1962, o diretor Anselmo Duarte ganhou a Palma de Ouro do Festival de Cannes com “O Pagador de Promessas”, baseado na obra de Dias Gomes. Glauber Rocha foi o cineasta de maior destaque do Cinema Novo brasileiro e é considerado por muitos o maior cineasta brasileiro de todos os tempos, dono de uma linguagem individual muito forte, próxima da alucinação.

Os teatros de arena e de oficina surgiram, fazendo frente à acusação ao TBC (Teatro Brasileiro de Comédia), fundado em São Paulo(1948), de se prender a peças estrangeiras e “alienadas”. Uma das principais influências era o alemão Bertolt Brecht (1898-1956), autor de várias peças e textos que influenciam até hoje a esquerda mundial e que defendia um teatro de distanciamento dialético, ou seja, que em vez de iludir o expectador com a encenação, o levasse a refletir sobre a peça e a realidade em que vivia. Finalmente, merece destacar o movimento literário que, desde 1945 e até 1964, assumiu as características do modernismo, tendo atingido a maturidade. Muitos autores já tinham se revelado na fase anterior. Romancistas como Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Jorge Amado, também tratavam de temáticas como o sertanejo, o retirante, temas próximos da realidade do povo brasileiro. A poesia concreta de Ferreira Gullar também influenciava poetas pelo Brasil afora. Mario Jorge, poeta sergipano, é um exemplo disso.

Do exposto fica evidente a consciência histórica adquirida naqueles anos de 1960-1964 pelos brasileiros, a notar pelas várias manifestações listadas acima, as quais se encontram relacionadas aos acontecimentos políticos daquele período e, especialmente, ao movimento intensificado no governo de João Goulart relativo às Reformas de Base.

**PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART**
ADRIANO SOUZA VIEIRA

3. Considerações finais

Neste texto, são debatidos os acontecimentos que precederam o Golpe de 1964, especialmente os aspectos políticos, econômicos e culturais articulados às Reformas de Base, planejadas pelo governo de João Goulart. O estudo orientou-se em torno da descrição dos principais acontecimentos políticos do período focalizado, da compreensão do sentido das Reformas de Base do governo João Goulart e da sua relação com o desenvolvimento de uma consciência histórica entre os brasileiros. Mediante uma metodologia histórica, as fontes bibliográficas selecionadas, todas elas encontradas no âmbito da historiografia política, foram tomadas para uma interpretação acerca das políticas “janguistas” e, conseqüentemente, seus desdobramentos sob a construção de uma consciência histórica entre os brasileiros, ao modo de elaboração do saber histórico que favorece a orientação na temporalidade do passado, presente e futuro. A teoria e metodologia da pesquisa histórica do Tempo Presente serviu de referência e foi adotada por seu caráter renovador do político, para uma compreensão diferenciada dos fatos históricos a partir da cultura, à luz de referenciais da Didática da História. Analisar as facetas da crise política e econômica que caracterizaram os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-64) permitiu enxergar as Reformas de Base em sua relação com diversas manifestações culturais nacionais, instituídas naquele período de significativas alterações no cenário político brasileiro, no contexto de crise e também de esperança. Ao tempo em que se verifica um Estado voltado para a tentativa de realizar programas econômicos, sociais e políticos, sem efetivá-los, também se nota a presença de expectativas de desenvolvimento e de uma marcante politização dos movimentos sociais. Trata-se de um momento de debates e reações importantes no seio da sociedade brasileira que^{XXIV} criaram o clima circunstancial necessário para o estabelecimento de uma consciência histórica nacional.

^ILicenciado em História/UFS. Professor da Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino. Especialista em Ensino de História/Faculdade São Luiz de França. E-mail: adrsovi@yahoo.com.br.

^{II}TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Visões críticas do golpe** - democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

^{III}SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

^{IV}FREIXO, Adriano. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **A ditadura em debate**: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

^VMOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

^{VI}RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

^{VII}TÉTART, P. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

^{VIII}CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2008, vol.28, n.55, p. 153-170. ISSN 1806-9347. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000100008>. Acesso em: 22/05/2015.

^{IX}SIMONARD, Pedro. **A geração do Cinema Novo**: para uma antropologia do cinema. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

^XWANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

^{XI}IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

**PRELÚDIO DO GOLPE DE 1964: ACULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA DO GOVERNO
JOÃO GOULART
ADRIANO SOUZA VIEIRA**

- ^{XII}TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ^{XIII} Idem.
- ^{XIV}**DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001..
- ^{XV}TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit., p. 45.
- ^{XVI}Ibid, p. 31-32.
- ^{XVII}Ibidem.
- ^{XVIII}CARDOSO, Oldimar. Op. cit., p. 159.
- ^{XIX}WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979, p. 90.
- ^{XX}IANNI, Octavio. Op. Cit., p. 209-210.
- ^{XXI}SIMONARD, Pedro. **A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 25.
- ^{XXII} Ibid.
- ^{XXIII}Ibidem, p. 27-28.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2008, vol.28, n.55, p. 153-170.ISSN 1806-9347. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000100008>. Acesso em: 22/05/2015.
- DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- FREIXO, Adriano. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo**.Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- SIMONARD, Pedro. **A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979.